



Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

## Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História



Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



# Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Correção:** Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Willian Douglas Guilherme

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-392-7

DOI 10.22533/at.ed.927202109

1. História – Pesquisa. 2. Historiografia. 3. História - Metodologia. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 907.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

### Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

No e-book “Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História”, estão reunidos vinte e sete artigos que dialogam entre questões atualizadas e relevantes da pesquisa em história. São quatro grupos divididos por subtemas.

O primeiro grupo, do subtema “História, Educação e Metodologia”, são seis artigos que apresentam resultados em torno das instituições educacionais e debates educacionais no período imperial brasileiro, o papel da pesquisa (auto)biográfica, uma pesquisa que retrata particularidades do Exército brasileiro e propostas entre história e sala de aula.

O grupo dois, “Trabalho, Luta e Identidade”, são seis artigos, dentre eles, uma pesquisa que destaca o discurso do imperador japonês aos seus súditos justificando a rendição japonesa na segunda guerra mundial. Outros artigos destacam a luta operária e a construção de identidades numa interessante intriga historiográfica convidativa ao debate.

O grupo seguinte, “Cinema, Literatura e Arte”, são cinco artigos que trazem pesquisas atuais que entrelaçam história, cinema, arte e literatura. Este conjunto de pesquisas apontam para a pluralidade de possibilidades da pesquisa em história, vale a pena conferir.

Fecham o e-book, cinco artigos que dialogam sobre “Cidades e Particularidades”, trazendo informações das cidades de: Gramado/RS e a origem do turismo; Paraty/RJ de 1965 a 1920; o calçadão da Gameleira na cidade de Rio Branco/AC e; o cargo do Santo Ofício na Bahia.

Navegando pelo índice, com certeza, não menos que um, se não todos os subtemas lhe chamarão a atenção.

Aceite o prazer desta leitura!

Willian Douglas Guilherme  
Organizador

## SUMÁRIO

### HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E METODOLOGIA

#### **CAPÍTULO 1..... 1**

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: UM DEBATE SOBRE AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO MUNICÍPIO DA CORTE IMPERIAL BRASILEIRA

Diego Dias Salgado

**DOI 10.22533/at.ed.9272021091**

#### **CAPÍTULO 2..... 18**

O REPOSICIONAMENTO POLÍTICO DO BARÃO DE ABIAHY NOS DEBATES EDUCACIONAIS DO FIM DO IMPÉRIO

Suênya do Nascimento Costa

**DOI 10.22533/at.ed.9272021092**

#### **CAPÍTULO 3..... 28**

UM OLHAR SOBRE A PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Patrícia Simone de Araujo

Sônia Maria de Magalhães

**DOI 10.22533/at.ed.9272021093**

#### **CAPÍTULO 4..... 39**

A UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Ivan de Freitas Vasconcelos Junior

**DOI 10.22533/at.ed.9272021094**

#### **CAPÍTULO 5..... 46**

INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A HISTÓRIA DO CONHECIMENTO SISTEMATIZADO

Paulo Augusto Tamanini

Gislânia Dias Soares

Ocimara Fernandes Negreiros Oliveira

Risalva Ferreira Nunes de Medeiros

Vanusa Maria Noronha Medeiros

**DOI 10.22533/at.ed.9272021095**

#### **CAPÍTULO 6..... 58**

O PENSAMENTO HISTÓRICO: SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA DE AULA

Fabricio Adriano

**DOI 10.22533/at.ed.9272021096**

## **TRABALHO, LUTA E IDENTIDADE**

### **CAPÍTULO 7..... 70**

A HONRA MESMO NA TERRA-ARRASADA: O ORGULHO JAPONÊS OBSERVADO NO ÉDITO IMPERIAL AO POVO DO JAPÃO PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1945)

Pedro Antonio Saraiva de Carvalho Pereira Francez

**DOI 10.22533/at.ed.9272021097**

### **CAPÍTULO 8..... 77**

A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DE MENINOS NEGROS NA ESCOLA CENTRAL DE MACEIÓ (1887-1893)

Marcondes dos Santos Lima

**DOI 10.22533/at.ed.9272021098**

### **CAPÍTULO 9..... 87**

DIREITOS TERRITORIAIS: AS LUTAS E AS “BATALHAS” EM BUSCA DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS

Elisandra Cantanhede Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.9272021099**

### **CAPÍTULO 10..... 97**

JACY, A OPERÁRIA: DEFENDENDO DIREITOS TRABALHISTAS. IMBITUVA/PR, 1966

Raiele Kollaritsch

Vania Vaz

**DOI 10.22533/at.ed.92720210910**

### **CAPÍTULO 11..... 109**

PROCESSO SOCIO-HISTÓRICO E O CONCEITO DE MODO DE PRODUÇÃO

Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama

**DOI 10.22533/at.ed.92720210911**

### **CAPÍTULO 12..... 121**

HERÓIS OU BANDIDOS? AS REPRESENTAÇÕES DAS MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO (2007-2010)

Michelle Airam da Costa Chaves

**DOI 10.22533/at.ed.92720210912**

### **CAPÍTULO 13..... 133**

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA INTOLERÂNCIA AO CIGANO: DO MITO DO SURGIMENTO DOS CIGANOS AOS MATERIAIS DIVULGADOS EM SALA DE AULA

Marcio Edovilson Arcas

Ademilson Batista Paes

**DOI 10.22533/at.ed.92720210913**

**CAPÍTULO 14..... 146**

O SERTÃO ENTRE O ANTIGO E O MODERNO? APONTAMENTOS DO TEMPO COMO REPRESENTAÇÃO COLETIVA E OS USOS DA SINCRONIA PARA A COMPLEXIFICAÇÃO DE SEU ENTENDIMENTO

Matheus de Araujo Martins Rosa

DOI 10.22533/at.ed.92720210914

**CAPÍTULO 15..... 156**

CONTEXTO PROFISSIONAL DO BAILARINO: ASPECTOS HISTÓRICOS

Ana Lígia Trindade

Patrícia Kayser Vargas Mangan

DOI 10.22533/at.ed.92720210915

**CAPÍTULO 16..... 166**

DAS DANÇAS SACRAS E PROFANAS NO BRASIL COLONIAL: TRANSFORMAÇÕES, IDENTIDADES E APROPRIAÇÃO

Jéssica Viana Marques

João Balduino de Brito Neto

Mikaela Dantas Tavares

DOI 10.22533/at.ed.92720210916

**CAPÍTULO 17..... 173**

RESGATANDO VOZES E REMEMORANDO HISTÓRIAS: O LUGAR DE FALA ZAPATISTA NAS DECLARAÇÕES DA SELVA LACANDONA

Rodrigo de Moraes Guerra

DOI 10.22533/at.ed.92720210917

**CINEMA, LITERATURA E ARTE**

**CAPÍTULO 18..... 183**

A LITERATURA APOCALÍPTICA JUDAICA COMO EXPRESSÃO DE INTERCULTURALIDADE NO ANTIGO ORIENTE PRÓXIMO

Harley Pereira Silva

DOI 10.22533/at.ed.92720210918

**CAPÍTULO 19..... 192**

OPERACIÓN MASACRE (1972) E O CINEMA DE INTERVENÇÃO POLÍTICA NA ARGENTINA

Mirela Bansi Machado

DOI 10.22533/at.ed.92720210919

**CAPÍTULO 20..... 201**

DISCURSOS LITERÁRIOS E CINEMATOGRAFICOS SOBRE O FEMININO: IDENTIDADE, FEMINISMO E REPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DO FILME “AS HORAS” (2002)

Natália Gomes da Silva Machado

DOI 10.22533/at.ed.92720210920

**CAPÍTULO 21.....217**

O FENÔMENO MIGRATÓRIO NAS OBRAS: O QUINZE, VIDAS SECAS E MORTE E VIDA SEVERINA

Aline Vieira Fernandes

Mayara Benevenuto Duarte

**DOI 10.22533/at.ed.92720210921**

**CAPÍTULO 22.....229**

“UMA SENHORA BRASILEIRA EM SEU LAR”: REPRESENTAÇÕES DE LEITORAS PELOS PINCÉIS DE DEBRET

Sílvia Rachi

**DOI 10.22533/at.ed.92720210922**

**CIDADES E PARTICULARIDADES**

**CAPÍTULO 23.....242**

“UMA VERDADEIRA SUIÇA BRASILEIRA”: ORIGENS DO TURISMO EM GRAMADO (RIO GRANDE DO SUL, SÉCULOS XIX-XX)

Eduardo da Silva Weber

Daniel Luciano Gevehr

**DOI 10.22533/at.ed.92720210923**

**CAPÍTULO 24.....255**

PROCESSOS NATURAIS E ANTRÓPICOS DE ALTERAÇÃO DA PAISAGEM DO MUNICÍPIO DE PARATY, BRASIL, 1965-2020

Rodrigo Zambrotti Pinaud

**DOI 10.22533/at.ed.92720210924**

**CAPÍTULO 25.....267**

O CALÇADÃO DA GAMELEIRA EM RIO BRANCO, ACRE: UMA LEITURA CRÍTICA À LUZ DOS CONCEITOS DE CESARE BRANDI

Pedro Augusto Queiroz de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.92720210925**

**CAPÍTULO 26.....279**

ITABAIANA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DA CARÊNCIA DE CONSCIENTIZAÇÃO PATRIMONIAL COMO AMEAÇA À MEMÓRIA EDIFICADA

Nycole de Araújo Régis

Charles Andrade Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.92720210926**

**CAPÍTULO 27.....284**

O CARGO DE FAMILIAR DO SANTO OFÍCIO E AS HABILITAÇÕES INCOMPLETAS PARA BAHIA

Cleílton Chaga Bernardes

**DOI 10.22533/at.ed.92720210927**

<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>294</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>295</b>

# CAPÍTULO 10

## JACY, A OPERÁRIA: DEFENDENDO DIREITOS TRABALHISTAS. IMBITUVA/PR, 1966

*Data de aceite: 01/09/2020*

### **Raiele Kollaritsch**

(<http://lattes.cnpq.br/8825975004628321>)

Universidade Estadual do Centro-Oeste do  
Paraná/ Irati-PR

### **Vania Vaz**

(<http://lattes.cnpq.br/3418933345650370>)

Universidade Estadual do Centro-Oeste do  
Paraná/ Irati-PR

**RESUMO:** A ideia deste texto se originou de discussões sobre a História da Violência e a História Regional no Núcleo de História da Violência (NUHVI). Como fonte documental utilizou-se um processo de reclamação trabalhista de 1966 do município de Imbituva/PR, sob a guarda do Centro de Documentação e Memória (CEDOC/I) da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO. O CEDOC/I abriga um importante acervo de processos criminais e cíveis de diversos municípios do Paraná. Pelo processo em questão é possível acompanhar a trajetória da operária Jacy que trabalhava havia 18 anos em uma fábrica de móveis. Sua função era lixar e colar selos nos móveis produzidos na empresa. O motivo de sua reclamação foi ter sido deslocada do setor onde sempre trabalhou para o setor da serralha, onde passou a trabalhar no beneficiamento de madeira bruta. Jacy argumentou que a nova função não constava em seu contrato. Além de ser insalubre, o que afetou sua saúde. Assim, este texto revela aspectos do mundo do trabalho industrial no centro-sul do

Paraná, pela perspectiva de uma mulher operária em plena vigência da ditadura civil-militar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reclamações trabalhistas; mulher operária; história regional; Imbituva/PR

### **JACY, THE WORKER: DEFENDING LABOR RIGHTS. IMBITUVA/PR, 1966**

**ABSTRACT:** The idea if this text was originated from discussions about the History of Violence and Regional History at the Nucleus of History of Violence (NUHVI). As a documentary source a 1966 labor claim process from the city of Imbituva/Pr was used. The document is under guard of the Documentation and Memory Center (CEDOC/I), at the State University of the Midwest/UNICENTRO, Iratica campus. The CEDOC/I, keeps an important collection of criminal and civil court lawsuits from several municipalities in Paraná. Through the process in question, it is possible to follow the trajectory of the workwoman Jacy, who ha dworked for 18 years in a furniture factory. Her occupation was to sand and paste stamps on the furniture produced in the comapany. The reason for her complaint was that she was moved from the sector where she always worked to the sawmill sector, where she started working on the processing of rough wood. Jacy argued that the new task was not part of her contract. In addition to being unhealthy, which affected her health. Thus, this text reveals aspects of the industrial work world in southern-central Paraná, from the perspective of a workman during the civil-military dictatorship.

**KEYWORDS:** Labor claims; workman; regional history; Imbituva/PR



## INTRODUÇÃO

Ao imaginarmos o mundo do trabalho em diferentes contextos históricos e sociais como a Revolução Industrial, a primeira imagem que nos vêm a cabeça são os operários no sentido masculino da palavra. Geralmente a figura das mulheres ou das crianças não aparecem como uma primeira opção. Mas por que isso ocorre, se estes dois grupos constituíram boa parte da classe operária da época?

A historiadora Michelle Perrot em sua obra *Minha história das Mulheres*, nos revela que as mulheres por muito tempo foram apagadas da história, não sendo este um apagamento solitário, pois muitas outras vidas foram esquecidas, “mas é sobre elas que o silêncio pesa mais”, (PERROT, 2007, p. 16).

Compartilhando do pensamento da referida autora, temos o objetivo de por meio deste texto, contribuir com maiores reflexões acerca da participação das mulheres na história, narrando a trajetória de uma operária paranaense e seu encontro com o poder judiciário no ano de 1966. Para tanto, utilizamos como principal fonte um processo trabalhista da Comarca de Imbituva/PR, que se encontra no Centro de Documentação e Memória (CEDOC/I) da Universidade Estadual do Centro-Oeste/ Unicentro, *campus* Irati. Ressaltamos que este capítulo é um ensaio, construído a partir de desdobramentos; em primeiro lugar de um Projeto de Iniciação Científica realizado em parceria com a Rede Proprietas, no qual foi possível entrar em contato e cartografar a fonte, e em segundo, um artigo publicado nos Anais do II Colóquio de Gênero e Pesquisa Histórica no ano de 2019, da universidade já referenciada.

Antes de iniciarmos nossas análises acerca da fonte documental, se torna de essencial importância uma breve contextualização histórica do espaço de nossa pesquisa, assim como uma introdução sobre o processo de industrialização, em paralelo com as discussões historiográficas a respeito da participação feminina nos ambientes fabris, cenários onde nossa trama se desenvolve.

O município de Imbituva é localizado na região Centro-Sul do Estado do Paraná. No final do século XIX Imbituva recebeu dois grupos imigratórios: italianos e alemães (STADLER, 2015, p.23). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a formação de Imbituva se iniciou no fim do século XVIII, devido a doação de cartas de sesmarias concedidas para a região do rio Imbituva. Devido a concessão destas sesmarias, começam a surgir pequenas comunidades que se estabeleciam ao redor do pousio dos tropeiros, como Imbituva. Em 1871, ocorreu a fundação oficial do povoado Imbituva. No mesmo ano os moradores realizaram um mutirão para emergir a capela de Santo Antônio de Pádua, que passou a ser o padroeiro da região. Com relação ao nome dado ao município acredita-se que o mesmo derivou de uma planta que era típica nas margens do rio Imbituva, chamada cipó-imbé que havia sido batizada pelos índios e que posteriormente daria nome ao rio e a cidade. No ano de 1881 a região que se localiza atualmente Imbituva,

foi elevada à categoria de Vila passando a se chamar Santo Antônio do Imbituva, a qual correspondia ao município de Ponta Grossa. Mas no ano de 1910 o município consegue sua independência política, passando a se chamar Imbituva a partir do ano de 1929.

A respeito do processo de industrialização de Imbituva, temos uma carência muito grande de informações, mas estimasse que nos anos de 1940 muitas empresas de beneficiamento de madeira como serrarias passaram a se instalar e atuar no município, motivadas pela variedade de florestas nativas, como nos aponta Elisabeth Neiverth (2011, p. 91).

As serrarias se instalavam em Imbituva motivadas pela grande quantidade de florestas nativas da araucária *angustifolia*, conhecida como pinheiro do Paraná, de grande valor comercial. A mão-de-obra utilizada era excedente do extrativismo da erva-mate que por estar em crise, estava dando lugar ao extrativismo da madeira.

Este contexto de instalação de empresas imbituvenses remonta o processo de “transição” dos ciclos econômicos paranaenses. A economia do Paraná nas primeiras décadas do século XX, entre 1820 a 1930 era basicamente voltada aos engenhos de erva-mate. “O mate representava 31% do orçamento do Estado, e as pequenas manufaturas de massas alimentícias, fósforo, sabão e velas não eram capazes de trazer o progresso”, (KOSINSKI, 2014, p. 60, apud WACHOWICZ, 1978, p. 209). Esse “progresso” tão almejado começaria a ganhar forma com o processo de industrialização no território, marcada pela intensa exploração madeireira, impulsionada durante a metade do século XX.

A nova fase vivida pelo Paraná durante o processo industrial gerou mudanças no Estado, como as reformas urbanas vivenciadas principalmente na capital Curitiba. Diferentemente de outros estados brasileiros como São Paulo e Rio de Janeiro, no Paraná a transformação do espaço urbano ocorreu antes da industrialização, motivados por ações desencadeadas no período imperial, desde a gestão de Taunay. (KOSINSKI, 2014, p. 58, apud CRUZETTA, 2010, p.9-10). Mas não foram apenas mudanças nas cidades que ocorreram, não podemos esquecer que embora o Estado contasse com uma potente economia ervateira que utilizava mão de obra de trabalhadores em engenhos, com a inserção de fábricas novas funções e espaços foram criados.

Na leitura do arquivo selecionado para esta pesquisa, além de observamos os discursos nas falas dos envolvidos/as, é possível verificar o cotidiano de uma indústria, conhecendo como parte do mercado madeireiro operava na época. A empresa em questão era responsável pelo setor de beneficiamento de madeira com a produção de móveis, brinquedos, forros para construção e demais objetos que pudessem ser produzidos com madeira. A divisão do trabalho ao que os depoimentos indicam era baseada no sexo; homens nos setores de madeira bruta (corte e transporte) e mulheres na fabricação dos móveis e serviços de natureza “leve”. A equipe de funcionários era formada por homens, mulheres e adolescentes (visto que a presença de um menino de 14 anos é citada ao longo

dos autos da reclamação). O trabalho de menores parecia ser muito comum, pois ao entrar em contato com mais processos trabalhistas de Imituva, apuramos muitos pedidos feitos ao juiz da comarca, de pais requerendo a autorização para que os filhos menores de idade, pudessem trabalhar na fábrica.

Ao pesquisar sobre as trabalhadoras fabris de Curitiba nos anos de 1940 e 1960, Roseli T. Boschilia compõe um estudo muito rico a respeito do trabalho feminino no Paraná. Como nos afirma Boschilia (1996) apoiada nas discussões de Maria Valéria Pena (1981) o início da industrialização no Brasil é caracterizado pela escassez de mão-de-obra, possibilitando a abertura “de um novo campo de trabalho, o de operária, para a mulher dos mais baixos estratos da população”, (BOSCHILIA, 1996, p. 26 apud PENA, 1981). O caso da operária Jacy traz muitos elementos para este debate, colaborando para pensarmos o trabalho feminino desde a sua regulamentação em 1932 e as adaptações promovidas com a criação da C.L.T (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943 e posteriormente com a instauração da ditadura militar no ano de 1964, onde as manifestações e movimentos operários estavam proibidos, vemos o protagonismo de uma mulher na luta pelos seus direitos.

## **REPENSANDO A HISTÓRIA DAS MULHERES NO ESPAÇO FABRIL**

“As mulheres são reservadas a esfera doméstica e aos homens cabem a esfera pública”. Essa expressão/ discurso ilustra exatamente o papel social que a mulher e o homem deveriam representar. Ela sendo a dona do lar responsável pelas tarefas domésticas e a educação dos filhos e ele o trabalhador tendo o principal objetivo de ser o provedor da família. Esse modelo familiar ideal foi propagado. Entretanto esta “família perfeita” não correspondia com a realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras do século XIX e XX.

Perante a todas as dificuldades sofridas pelos trabalhadores das fábricas, as mulheres e as crianças tiveram um papel relevante no sustento da família. O ambiente das fábricas sempre foi considerado nocivo para as mulheres. A participação das mulheres e das crianças foi tema de um pensamento de desagregação da família.

Ameaçadora para a sexualidade feminina, a fábrica é recusada por esta geração operária como lugar de degeneração moral, como antro de perdição e da prostituição, em consequência da aglomeração promíscua e estreita dos dois sexos no trabalho. (RAGO, 1985, p. 22).

Logo as fábricas passaram a representar perigo a moral feminina. Pois um ambiente de trabalho dividido entre os dois sexos poderia contribuir para que a mulher se “desvirtuasse do seu caminho” e caísse nas garras da prostituição. Ressaltando a presença de patrões que poderiam se aproveitar de uma forma arbitrária das trabalhadoras. Neste sentido, muitos pensadores como Karl Marx e Friedrich Engels consideravam a presença

de mulheres algo que atentava contra a moral social imposta. “ (...) as fábricas, isto é, esses lupanares, essas pocilgas onde se encerram milhares de proletárias, são sem dúvida possível (...) focos permanentes de degradação e de prostituição. (RAGO, 1985, p. 22 apud O amigo do povo, 1902, p. 5-7).

Margareth Rago (1985) ao observar o cotidiano brasileiro dentro e fora das fábricas do ano de 1890 a 1930 reflete sobre aspectos voltados a vidas das mulheres tanto burguesas como proletárias, pois ambas as classes possuíam algumas semelhanças entre si. Dentre essas semelhanças, destaca-se o fato da resistência a um sistema que as oprimia constantemente, por meio de um simbolismo totalmente desqualificante.

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada (...) implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. (RAGO, 1985, p. 65).

Fora do lar e no campo profissional as mulheres ficavam subordinadas a uma hierarquia totalmente patriarcal comandada exclusivamente pelos homens. Até nas áreas de atuação da resistência operária, a mulher assumia um papel secundário, cabendo aos homens a luta pelos seus direitos. Refletindo ainda que a participação da mulher operária em movimentos de lutas de classe se mostra escasso devido a proibição de seus maridos e especialmente as responsabilidades e o tempo dedicado ao lar após um cansativo dia de trabalho.

(...) na prática, esses movimentos eram controlados por elementos do sexo masculino, que certamente tinham maior liberdade de circulação, maior acesso de á informação e maior organização entre si. As mulheres deveriam participar enquanto filhas, esposas ou mães, isto é, na condição de subordinadas aos líderes. (RAGO, 1985, p. 64).

Michelle Perrot (1988) em *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*, revela que a chave para a compreensão do papel da mulher na história é vê-las como atores sociais que desempenharam as suas funções de acordo com o contexto em que estavam inseridas, portanto, estavam “existindo” nos mais variados espaços e tempos históricos. Nos séculos XVIII – XIX a autora escreve se referindo a um poder que as mulheres possuíam, e dificilmente este poder foi visto e reconhecido pelas sociedades. Era o poder baseado na sutileza, mas que contribui para uma nova ressignificação da historiografia como uma espécie de “jogo de poder”, que permite analisar a história das mulheres por outra perspectiva.

Não é certo e nem errado afirmar que no século XVIII e XIX por exemplo, as mulheres eram limitadas a esfera do lar, pois ambos os ambientes estavam entrelaçados. Mas era exatamente no lar, ou na criação dos filhos que muitas mulheres destes períodos

reafirmavam os seus poderes como administradoras do dinheiro dos seus maridos. Há neste caso uma diferença entre as mulheres burguesas e as do povo. As mulheres burguesas possuíam mais dificuldade para administrar o dinheiro familiar, já as mulheres do povo tinham mais facilidade devido à necessidade imediata de subsistência de sua família. A luta destas mulheres na maioria das vezes era voltada para o cenário familiar e sustento de seus filhos.

(...) Tais são as armadilhas do salário familiar: a mulher sempre fica imobilizada. Em todo caso, a mulher do povo se mostrou mais combativa, mais prevenida que a burguesa, à qual seu marido entrega uma quantia para as despesas, para a manutenção da casa, reservando totalmente para si a direção do orçamento, no caso frequente de comunhão de bens. Em suma a dona- de- casa conquistou “o direito ao salário”. (PERROT, 1988, p. 192).

A dona de casa popular mais prevenida que a dona de casa burguesa controlava o salário do marido e destinava a quantia certa para cada setor; casa, comida, vestuário, filhos etc. Além de deixar o resto do dinheiro para o marido aproveitar e gastar com bebidas alcoólicas e outros divertidos “masculinos”. No requisito alimentação a mulher pesquisa os preços destinados a compra da comida, seguindo vigilante o cenário comercial das quitandas e mercados, aguardando a chegada dos alimentos, se prevenindo para as filas e as lutas para compra de determinados mantimentos, acabando muitas vezes em motins em prol da sobrevivência da família. Com relação as mulheres do campo, estas atuavam com presteza realizando os trabalhos ao lado dos homens sem uma separação de funções baseada na “natureza sexual” como ocorre com a urbanização das cidades e a introdução das fábricas.

Nos movimentos operários dentro das indústrias como a quebra das máquinas, as mulheres têm a sua participação, incentivando e demonstrando a sua indignação perante aos novos maquinários ingleses que retiram empregos e roubam o alimento de seus filhos. Observa-se que dentro das fábricas existiam um certo medo de que as mulheres se corrompessem, pois, estariam juntas com os trabalhadores homens e a desconfiança que recaía sobre a mulher era de que “cairia no caminho errado com mais facilidade que o homem”.

Logo animam as multidões vingadoras que, na primeira metade do século, investem contra as “máquinas inglesas”, com tanto mais ardor quando, por vezes, os motins por alimentos e o luddismo (expressão inglesa para a destruição das máquinas) se misturam numa mesma conjuntura de crise. (PERROT, 1988, p. 196).

Partindo desta perspectiva histórica que realoca as mulheres como agentes de lutas e resistências nos mais variados espaços e contextos sociais, nos propomos no tópico seguinte, a analisar os discursos produzidos em um processo trabalhista, movido por uma mulher operária na metade do século XX, no interior do Estado do Paraná que a cada

narrativa, reafirma a sua existência perante a um cenário de “opressão” e permeado de discursos masculinizantes.

## “TRABALHO INSALUBRE”: A HISTÓRIA DA TRABALHADORA JACY

O trabalho com fontes documentais, precisamente as provenientes da justiça não são novidade no Brasil. De acordo com Keila Grimberg (2009) processos criminais já foram utilizados em outros períodos, entretanto, na maioria dos casos em estudos de criminologia. Foi na década de 1980, que estes arquivos se tornaram alvo de análises historiográficas e antropológicas. Um dos grandes marcos que possibilitou novas concepções acerca destas fontes, foi a difusão da História Social, a qual se delineava no plano internacional desde 1960, (GRIMBERG, 2009). Para Arlette Farge (1985), a pesquisa com fontes judiciais nos permite um mergulho, ou seja, uma imersão em um contexto histórico que já não nos pertence. Somos apenas testemunhas oculares que não possuem a função de julgamento ou condenação.

Sem o objetivo de “apontar culpados”, pré-julgar ou iniciar uma busca pela verdade, trazemos a análise do processo trabalhista PB006-77. 36, produzido pela Comarca de Ibituva/PR no ano de 1966. Destacamos que a fonte utilizada nesta pesquisa se encontra sob custódia do CEDOC/I –UNICENTRO/I. O processo foi tipificado como “trabalho insalubre” e descreve a reclamação trabalhista realizada pela operária Jacy de 46 anos de idade, que após dezoito anos de trabalhos prestados a uma indústria de produção de móveis e beneficiamento de madeira localizada na cidade de Ibituva, denuncia a empresa de realocá-la em uma função que não era compatível “com a sua condição de mulher” principalmente, porque tinha que cumprir funções diferentes daquelas que fora contratada. Para tanto, pede a rescisão de seu contrato, o pagamento das férias vencidas, recebimento do 13º salário proporcional a data da sentença e a indenização do tempo de serviço.

Com base na leitura do documento, é possível resgatar aspectos que revelam a configuração do mundo trabalhista na metade do século XX. A empresa denunciada atuava no mercado madeireiro da região, algo muito comum nas cidades paranaenses, devido ao crescente processo industrial ocorrido no Brasil durante os séculos XIX e XX. De acordo com o depoimento da trabalhadora, ela fazia parte do quadro funcional da empresa há dezoito anos, sendo quatorze no setor de lixamento de móveis e quatro na secção de selagem e etiquetamento de móveis fabricados pela empresa. Ambas as funções eram consideradas “leves” e direcionadas ao sexo feminino, demonstrando a divisão de cargos baseadas no sexo. Entretanto, a nova secção que Jacy havia sido transferida era voltada para o beneficiamento da madeira bruta, onde exercia um trabalho mais pesado e que havia causado prejuízos a sua saúde.

(...) foi transferida da sessão de selagem pelo encarregado geral de produção (...), para a sessão de beneficiamento de madeira bruta; (...) a reclamante

procurou reclamar ao encarregado geral, que o serviço era muito pesado para si, pois tinha que trabalhar como ajudante de sepilhamento de madeira bruta; (...) apesar de reclamar a transferência de sessão, não foi atendida pelo encarregado, que lhe respondeu que ela seria obrigada a trabalhar onde ele encarregado designasse; que a declarante afirma que o serviço de sepilhamento espele muito cavaco e pó, lhe afetando a vista, pois usa óculos (...) em época anterior já prestou serviço nessa sessão, uns dois ou tres meses, ocasião em que machucou a vista, e esteve afastada do serviço para tratamento (...) recebendo diárias da Companhia de Seguros. (...) que nunca trabalhou na sessão de sepilhamento de madeira bruta, a não ser no dia 26 de setembro para cá; que nesse serviço nunca trabalhou mulheres, por ser serviço destinado exclusivamente a homens; (...) que a declarante presume que éssa transferência de sessão foi por questão de perseguição, do encarregado. (PB006-77.36, 1966, p.10).

O trecho descrito acima, foi retirado dos autos da reclamação trabalhista, no momento do primeiro depoimento de Jacy, nele alguns pontos são esclarecidos. A trabalhadora desde a abertura do processo enfatiza por meio de seu advogado, o desejo de rescisão de seu contrato com a empresa, e na fase dos julgamentos nenhum acordo é aceito por parte da vítima, naturalmente pelo receio de sofrer perseguições pelo encarregado e outros setores da indústria, além de afirmar que foi procurada para assinar documentos de “prorrogação de horário”, requisitados pelos responsáveis da firma.

(...) que a reclamante labora diariamente, das sete as dezoito horas, com intervalo de uma e quinze minutos para refeição; (...) as sextas feiras deixa o serviços ás desesséte e quinze minutos, não trabalhando aos sábados; que habitualmente trabalha em dez horas de jornada diária, para não trabalhar aos sábados; sendo certo que, assim fazia, por força de contratos estipulados pela reclamada, sendo que neste ano, recusou-se a assinar o contrato de prorrogação de horário, por não concordar com dita prorrogação; que jamais a reclamada a conduziu para exames médicos, ou de saúde, em razão de exigência de prorrogação de horário, bem como desconhece se os acordos firmados nesse sentido tinham homologação do órgão competente, pois jamais recebeu acréscimo por horas extras que fazia; que está em tratamento médico, tendo seu facultativo atestado estado de saúde deficiente, inclusive com fraqueza e nervosismo. (PB006-77.36, 1966, p.10).

No projeto de Iniciação Científica Cartografia Social da Propriedade em processos judiciais – “Irati- 1917- 2000- e Imbituva- 1883-1973” (KOLLARITSCH, R; SOCHODOLAK, H. 2018) foi possível um contato maior com o acervo documental de Imbituva, o qual é composto por um total de 40 caixas-arquivo, as quais cobrem o período de 1883 a 1973. Ao examinar um montante desses processos, surgiram muitos casos que envolvem a empresa de móveis e situações de reclamações trabalhistas. No entanto, o presente artigo não tem a intenção de se aprofundar nestes outros acontecimentos, o que poderá ser explorado futuramente em outras produções.

Na acusação efetuada por Jacy, o advogado da indústria relata momentos de dificuldades vividos pela empresa, pois estava passando por um contingenciamento de

gastos com a demissão de quinze operários, e desta forma algumas funcionárias, tal como Jacy, tiveram a transferência para outras funções, onde anteriormente trabalhavam somente homens, e que a trabalhadora nunca havia feito serviços superiores às suas forças e que lhe causassem danos a sua saúde.

A reclamante nunca fez serviços superiores às suas forças, (...) transferida por necessidade de serviço em virtude da dispensa de vários empregados, fazia o serviço de natureza leve (...) o manuseio em máquinas, de peças de brinquedos, peças essas que colocava numa caixa existente ao lado da maquinaria. Ela própria confessa que quem fazia o serviço anteriormente era um menino de 14 anos de idade, portanto está já é uma prova cabal danatureza do serviço". (PB006-77.36, 1966, p.26).

É interessante observar que no seu depoimento o advogado afirma que se o trabalho era realizado por um menor, poderia ser facilmente executado por uma mulher, pois este fato comprovava a leveza e a simplicidade do trabalho, ocorrendo assim uma desvalorização e desqualificação dos trabalhos realizados pelas funcionárias da fábrica, algo que também pode ser verificado na fase dos depoimentos.

As três testemunhas escolhidas para deporem a favor de Jacy, foram duas mulheres e um homem. As primeiras testemunhas (duas mulheres) confirmam o depoimento de Jacy, mais é perceptível nuances de medo presente nas suas falas, pois dizem "que ouviram falar que a vítima realizava trabalhos pesados e nocivos a sua saúde". Já a última testemunha (um homem,) ao mesmo tempo que confirma as informações da operária, defende também a empresa afirmando que a trabalhadora havia sido contratada para serviços gerais e poderia ser colocada em qualquer seção que a empresa determinasse. Ressalta-se que o depoimento desses funcionários na maioria das vezes, eram recheados de dúvidas e incertezas, pois não podemos esquecer que todos faziam parte do quadro da empresa e não queriam correr o risco de perder os seus empregos.

Com relação a esses depoimentos o advogado da empresa, pede ao juiz que desqualifique os testemunhos das operárias mulheres e apenas leve em consideração o depoimento do operário homem. Mais uma vez, percebemos a desqualificação de funcionárias, colocando essas mulheres como pessoas não confiáveis e que poderiam mentir para protegerem Jacy, aplicando o princípio da "solidariedade feminina".

Não merece, por conseguinte acolhida o depoimento vicioso das depoentes mulheres, pois ficou desta forma provado, que vieram á juízo somente para "ajudar" a reclamante, numa atitude de solidariedade de sexo e amizade. (PB006-77.36, 1966, p. 26).

Um dos pontos que mais nos chamam atenção na análise do processo, são as falas proferidas pelo advogado da empresa, que ao tentar provar a inocência de sua cliente, recorre a discursos a respeito da moral e a condição feminina como o fator biológico, tanto quando se vale da ideia de "solidariedade dos sexos", e principalmente a sua "cartada



final” que pretende construir Jacy como uma mulher que apresenta problemas psicológicos, portanto a empresa não tem culpa, “se a trabalhadora era uma mulher, solteirona e que ainda estava entrando na menopausa”.

A reclamante na primeira audiência de instrução e julgamento requereu a juntada de documentos para efeito de provar a sua má saúde. MM. Juiz está aí a chave do mistério; o porquê de toda a intransigência da reclamante. Observe-se que o atestado médico diz estar a reclamante adoentada em função do seu período de MENOPAUSA. É do conhecimento geral, não se necessitando ser médico para afirmar, que a cessação definitiva do mênstruo, causa na mulher transtornos físicos e psicológicos tremendos, deixando-as nervosas e hipersensíveis. Sua saúde se é este momento do abalo, ficaria deficitária nesta, na anterior ou em qualquer outra seção em que trabalhasse. Como se não bastasse é a reclamante “solteirona”, sendo esta mais uma condição que influi no seu estado psico-físico. Está explicado (...) que toda esta celeuma se deu em função da idade “crítica” da reclamante. É o resultado de um esgotamento nervoso natural não ocasionado pelo serviço, mas sim, por motivos alheios à vontade de qualquer pessoa, seja da reclamada ou da própria reclamante. Preclaro Juiz, não pode uma organização, sofrer dano no seu patrimônio, somente por causa de uma função biológica glandular. Tudo isso é passageiro, e logo estará a reclamante, talvez arrependida de sua atual atitude. (PB006-77.36, 1966, p. 29).

O juiz condena a empresa pela quebra laboral do contrato, respaldado nos artigos 377, 390 e 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em especial os dois primeiros artigos se tratam de leis que “protegem” o trabalho feminino, mas ao mesmo tempo que exercem este “cuidado”, reafirmam determinados discursos que colocam a mulher como um ser “frágil” e que necessita de proteção, o que pode ser visto na leitura da sentença pelo juiz.

(...) O artigo 390 da C.L.T estabelece que a mulher não pode executar serviços de força muscular superior a vinte (20) quilos, para o trabalho contínuo, ou vinte e cinco (25) quilos, para o trabalho ocasional. “A mulher merece proteção da lei. A mulher exerce papel de relevância na sociedade, mais frágil que o homem, merece proteção especial. Além de suas atividades no emprego, tem ela papel de relevância no lar, os deveres de família constituem para ela uma carga pesada. Não podemos sacrificar a mulher que amanhã será mãe. Dela dependem as gerações futuras. Sem poesia, sem lirismo, devemos dizer é dever de todo empresário dispensar a mais ampla proteção ao trabalho feminino”. (PB006-77.36, 1966, p. 32).

Ao recorrer da sentença que é proferida, o advogado de defesa, se contradiz em seus discursos a respeito da figura da mulher, e declara que as mulheres não são tão frágeis quanto parecem, e no ambiente de trabalho podem ser fortes concorrentes aos lados dos homens, e cita novamente o fato de Jacy ser solteira não possuir “família”, pelo fato de não ser casada.

Demonstrou ser o MM. Juiz de primeira instância um lírico, pois fala da mulher com certa poesia. Esquece que na época moderna a mulher não é

mais aquele “bibelô” frágil do século passado. É ela ao contrário uma séria concorrente do homem em muitas vezes muito mais forte até fisicamente. A reclamante é uma solteirona não tendo dever algum de família. Não cabe, portanto, lirismo algum nesse processo, devemos apenas olhar a parte legal da discórdia. (PB006-77.36, 1966, p. 40).

Foram vários os recursos tentados para reaver o processo e retirar a condenação, mas nenhum deles foi aceito. Embora tenha sido condenada a pagar uma indenização a funcionária, até o ano de 1970 a fábrica não havia efetuado o pagamento, sendo necessário a justiça expedir uma ordenação para que bens da indústria fossem penhorados em leilões, mas não sabemos de fato se Jacy chegou a receber a sua “reparação”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa com processos criminais, cíveis e trabalhistas embora tenha ganhado espaço na historiografia e em demais ciências como a Antropologia, ainda sofre com desconfiças, por se tratar de uma fonte permeada de discursos, simbolismos, incoerências e principalmente “jogos de verdades” produzidos com interesses bem específicos, impossibilitando o pesquisador saber de fato o que ocorreu. Mas é exatamente essa a nossa função, interpretar nas entrelinhas dos processos os discursos que se repetem, as incoerências e mesmo as mentiras mais bem contadas se tornam alvo de análises.

Em vista disso, com este artigo pudemos demonstrar na prática a importância que as fontes de cunho trabalhista representam para se pensar o mundo do trabalho. Ao questionar o espaço ocupado pela mulher trabalhadora na década de 1960, nos deparamos com discursos normalizantes de sexo e gênero que abrem espaço para questionarmos um contexto histórico que já não mais nos pertence, mas que apresenta seus frutos até os dias atuais.

O processo trabalhista de Jacy, é um documento denso. Portanto, seguimos o desafio em trabalhar com a perceptiva da história regional e história das mulheres operárias no Paraná, dando abertura para problematizações futuras.

## REFERÊNCIAS

BR.PR.UNICENTRO. PB006. 77.36

Consolidação das Leis do trabalho (C.L.T) Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 07 de agosto de 2020.

Consolidação das Leis do trabalho (C.L.T) - 1960 Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3807.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3807.htm)> Acesso em: 07 de agosto de 2020.

BOSCHILIA, Roseli. T. **Condições de vida e trabalho: a mulher no espaço fabril curitibano (1940-1960)**. 1996. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Cap. 2.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GRIMBERG, K. Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, C. LUCA REGINA, Tania. (Org.). **O historiador e suas fontes**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama das cidades. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/imbituva/historico>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: Operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

STADLER, Cleusi Teresinha Bobato. **Colônia Bella Vista: um espaço construído pelas práticas sociais dos imigrantes italianos em Imbituva/PR**. 2015. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2015.

KOLLARITSCH, R; SOCHODOLACK, H. Cartografia social da propriedade em processos judiciais- “Irati- 1917-2000 e Imbituva – 1883-1973”. In: V Simpósio Nacional do Contestado, 2018, Irati, **Anais do V Simpósio Nacional do Contestado**. Irati, 2018.

KOSINSKI, L; SOCHODOLAK, H. Cotidiano, práticas trabalhistas e espaços de sociabilidade. Vila operária fazenda florestal: Fernandes Pinheiro. 1920-1948. **Revista Estudos del ISHiR**, Argentina, n. 10, p. 49 -80, nov. 2014.

NEIVERTH, Elisabeth Mônica Hasse Becker. **O papel estratégico do centro de referência em saúde do trabalhador (CEREST) macrorregional Campos Gerais do Paraná (2008- 2016): Dificuldades e superação na implementação de políticas públicas relativas a saúde do trabalhador**. 2017. 174 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adesismo 18  
Apocalipse 183, 184, 185, 186, 187  
Arquitetura Escolar 1, 5, 8, 16

### B

Bailarino 156, 159, 161, 162, 163, 164, 165  
Barão do Abiahy 18, 19  
Brasil Colonial 166, 172  
Brasil Império 18, 19

### C

Cesare Brandi 267, 268, 278  
Cinema 148, 159, 192, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 251, 252, 275  
Cristãos-novos 284  
Cronologia 122, 146, 154, 155  
Cultura Cigana no Brasil 133

### D

Dança 141, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172  
Descaracterização 279, 280, 281, 282  
Desenvolvimento 1, 3, 4, 7, 9, 13, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 56, 88, 92, 93, 94, 95, 96, 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 132, 139, 146, 152, 157, 158, 161, 164, 194, 197, 219, 222, 242, 243, 250, 251, 257, 259, 261, 263, 266, 289  
Direitos 65, 81, 87, 92, 93, 95, 96, 97, 100, 101, 124, 130, 131, 144, 177, 178, 212, 227, 260  
Disputas 21, 87, 180, 214, 263

### E

Escolarização 1, 3, 4, 8, 9, 11, 15, 63, 65, 77, 78, 82, 133, 237  
Experiência 13, 14, 35, 38, 45, 47, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69, 79, 86, 90, 162, 172, 176, 184, 196, 205, 228, 268

### F

Formação 4, 5, 16, 20, 21, 22, 27, 42, 43, 47, 48, 51, 52, 56, 60, 77, 81, 85, 86, 88, 90, 98, 109, 111, 112, 113, 117, 119, 144, 145, 147, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 174, 177,

197, 202, 213, 218, 230, 232, 237, 238, 241, 242, 243, 247, 252, 260, 271, 275

## **G**

Gênero 29, 31, 33, 35, 98, 107, 118, 165, 185, 186, 187, 189, 191, 196, 201, 202, 211, 230

## **H**

Hiroshima 70, 71, 74, 76

Honra 70, 74, 75, 177

## **I**

Identidade 15, 29, 41, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 111, 135, 139, 140, 141, 156, 166, 168, 169, 170, 171, 176, 194, 195, 197, 201, 220, 226, 228, 242, 243, 245, 254, 280

Instituição Escolar 1, 11, 46, 47, 49, 50, 51

Intolerância 133, 134, 139, 142, 144, 269

## **J**

Jean-Baptiste Debret 229, 230, 231, 232, 239, 240

Judaísmo 183, 188, 191

## **L**

Lei do Ventre Livre 18, 20, 22, 24, 77, 79, 81, 82, 84, 85

Linguagem 34, 47, 165, 166, 169, 170, 197, 201, 203, 204, 206, 209, 214, 226, 228, 233, 234, 241, 268, 271, 273, 275, 276, 277

## **M**

Mata Atlântica 255, 258, 265

Memória 11, 12, 13, 14, 15, 17, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 50, 65, 69, 97, 98, 146, 147, 150, 155, 156, 169, 176, 194, 207, 229, 230, 232, 238, 240, 278, 279, 280

Migração 134, 217, 218, 221, 223, 228

Milícia 121, 122, 123, 124, 126, 129, 130, 131

Movimentos Sociais 65, 118, 173, 180, 182

Mulher 97, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 136, 137, 141, 201, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 230, 287

## **N**

Nagasaki 70

Negros 55, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 141, 170, 171, 231, 232, 258

## P

Pensamento 19, 22, 23, 29, 31, 34, 41, 52, 54, 58, 64, 66, 68, 72, 86, 90, 98, 100, 141, 144, 174, 182, 186, 188, 198, 207, 210, 219, 228, 232, 269, 285

Peronismo 192, 193, 194, 195, 199, 200

Política 3, 9, 11, 12, 15, 18, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 48, 52, 56, 88, 93, 95, 99, 101, 112, 113, 119, 120, 128, 129, 130, 131, 139, 143, 151, 155, 161, 168, 169, 172, 173, 175, 176, 180, 185, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 208, 219, 225, 232, 234, 235, 243, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 265, 285

Produção 3, 5, 6, 8, 10, 16, 29, 31, 32, 33, 34, 39, 44, 49, 50, 54, 60, 65, 76, 99, 103, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 125, 128, 134, 162, 163, 175, 184, 189, 190, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 220, 231, 232, 235, 253, 255, 256, 257, 271, 272

Profano 166, 168, 169, 170

## Q

Quilombos 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96

## S

Sacro 166, 169, 263

Santo Ofício 284, 285, 286, 289, 292

Segunda Guerra Mundial 42, 43, 45, 70, 143

Sertão 146, 147, 151, 152, 155, 219, 224, 226, 245, 281

Sociedade 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 23, 24, 25, 31, 35, 36, 39, 44, 46, 47, 50, 52, 63, 65, 66, 70, 71, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 89, 91, 93, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 118, 119, 123, 128, 132, 144, 146, 147, 148, 150, 152, 154, 155, 159, 163, 165, 166, 167, 168, 170, 175, 177, 178, 181, 191, 194, 197, 203, 208, 209, 211, 213, 214, 217, 219, 222, 223, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 240, 241, 242, 250, 263, 266, 273, 274, 275, 283, 287, 288, 292

## T

Tempo 2, 3, 4, 9, 13, 14, 17, 20, 21, 25, 31, 34, 35, 36, 37, 44, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 56, 60, 61, 66, 68, 69, 72, 73, 74, 81, 82, 83, 88, 89, 91, 98, 101, 103, 105, 106, 112, 113, 115, 118, 121, 122, 123, 125, 126, 131, 132, 134, 136, 138, 141, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 167, 168, 170, 171, 173, 175, 183, 184, 185, 195, 199, 202, 204, 205, 207, 209, 210, 211, 212, 222, 227, 231, 233, 235, 242, 243, 249, 252, 258, 260, 265, 266, 268, 269, 270, 273, 274, 280, 281, 286

Territórios 37, 76, 87, 89, 93, 94, 95, 174, 182

Transformação 63, 99, 149, 169, 185, 195, 199, 243, 255

Turismo 119, 242, 246, 250, 251, 252, 253, 255, 262

## **U**

Unidades de Conservação 255, 264

Urbanização 102, 143, 235, 242, 243, 250

## **V**

Verdade histórica 28, 30, 37

Violência 9, 91, 97, 116, 121, 126, 128, 130, 131, 132, 133, 136, 141, 143, 150, 155, 194, 197, 199, 260, 265

## **Z**

Zapatismo 173, 174

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Pluralidade de Temas e Aportes  
Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História



-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

Pluralidade de Temas e Aportes  
Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História